

## DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Disciplinar de Sindicância nº. 03/2021

Interessada: Secretaria Municipal de Educação

Servidor: Ricardo Alves de Sá

EMENTA: DENÚNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA. COMPROVADA IRREGULARIDADE NA EXECUÇÃO CONTRATUAL E NA SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA AUTORIA DO FATO IMPUTADO AO SINDICADO. ART. 192, III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 23/2015. ABSOLVIÇÃO.

### **Relatório**

Trata-se de Processo Administrativo de Sindicância instaurado por meio da Portaria/CM nº. 06, de 25 de março de 2021, em decorrência de pedido de providências formalizado pelo Secretário Municipal de Educação, alegando falha na execução do contrato nº. 22/2019, cujo objeto era a manutenção de veículos da frota municipal.

Acostou-se ao procedimento cópia do contrato nº. 22/2019, firmado com a empresa Centro Automotivo Auto Sport EIRELI-ME e segundo termo aditivo (fls. 03/09).

O solicitante alega que o servidor Ricardo Alves de Sá, quando era liquidante do almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação deu garantia de que o pagamento poderia ser feito em 18/11/2020, contudo a empresa Universo Auto Lub Ltda., informou que os ônibus encaminhados para manutenção foram entregues em suas dependências no dia 08/10/2020 e foram devolvidos ao município no dia 01/02/2021, conforme solicitação protocolada em 22/01/2021, processo 138/2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

CORREGEDORIA MUNICIPAL

CNPJ 22.679.153/0001-40

Rua Montes Claros nº 243 - Centro - CEP 39.300-000

189

Afirmou ter observado a falta de 06 (seis) ônibus na frota municipal ao assumir a secretaria, sendo que estes estavam incluídos na liquidação, tendo sido um deles encaminhado para a empresa sem o devido processo legal

Consta dos autos, ofício encaminhado pela empresa Centro Automotivo Auto Sport EIRELI-ME, informando que recebeu os veículos em suas dependências no dia 08/10/2020, por acordo firmado com a empresa vencedora, para que pudesse realizar a manutenção, o que feito (f. 11).

Acostou-se aos autos documentos contábeis expedidos em favor da empresa Universo Auto Lub Ltda. (fls. 12/47), quais sejam:

- 1) Ordem de pagamento nº. 150420, de 18/11/2020, no valor de R\$ 16.647,96 (dezesseis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos), referente ao veículo placa OQY-4502;
- 2) ordem de compra nº. 151139, de 04/11/2020, no valor de R\$ 12.555,78 (doze mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta e oito centavos), referente ao veículo placa OQY-4502;
- 3) nota de empenho nº. 008068, de 30/10/2020, no valor de R\$ 16.647,96 (dezesseis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos), referente ao veículo OQY-4502;
- 4) nota fiscal nº. 000.002.839, de 16/11/2020 e comprovante de pagamento, em relação ao veículo placa OQY-4502, no valor de R\$ 16.647,96 (dezesseis mil, seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos);
- 5) ordem de pagamento nº. 150417, de 18/11/2020, no valor de R\$ 14.828,70 (quatorze mil, oitocentos e vinte e oito reais e setenta centavos), em relação ao veículo placa OXB-2283;
- 6) Ordem de compra nº. 151140, de 04/11/2020, no valor de R\$ 4.893,93 (quatro mil, oitocentos e noventa e três reais e noventa e três centavos), referente ao veículo placa OXB-2283;
- 7) Nota de empenho nº. 008069, de 30/10/2020, referente ao veículo OXB-2283, nota fiscal nº. 000.002.840, de 16/11/2020 e

189



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

CORREGEDORIA MUNICIPAL

CNPJ 22.679.153/0001-40

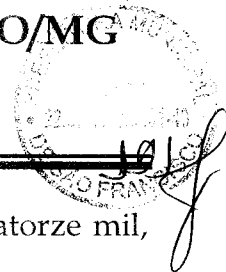
Rua Montes Claros nº 243 - Centro - CEP 39.300-000

1908

- comprovante de pagamento no valor de R\$ 14.828,70 (quatorze mil, oitocentos e vinte e oito mil e setenta centavos);
- 8) Ordem de pagamento 150415, de 18/11/2020, nota de empenho nº. 008066, de 30/10/2020, nota fiscal nº. 000.002.838, de 16/11/2020 e comprovante de pagamento, no valor de R\$ 20.732,76 (vinte mil, setecentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos), referentes ao veículo placa PWR-3308;
- 9) Ordem de compra nº. 151137, de 04/11/2020, no valor de R\$ 9.436,33 (nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos), referente ao veículo placa PWR-3308;
- 10) Ordem de pagamento nº. 150418, de 18/11/2020, ordens de compra nº. 151136, de 04/11/2020, nota de empenho nº. 008065, de 30/10/2020, nota fiscal nº. 000.002.841, de 16/11/2020 e comprovante de pagamento, no valor de R\$ 21.652,62 (vinte e um mil, seiscentos e cinquenta e dois mil reais e sessenta e dois centavos), referentes ao veículo placa QOU-6719;
- 11) Ordem de pagamento nº. 150416, de 18/11/2020, ordem de compra nº. 151138, de 04/11/2020, nota de empenho nº. 008067, de 30/10/2020, nota fiscal nº. 000.002.837, de 16/11/2020 e comprovante de pagamento, no valor de 20.326,77 (vinte mil, trezentos e vinte e seis reais e setenta e sete centavos), referentes aos veículo placa PYB-9753;

Consta dos autos ainda os relatórios de manutenção de fls. 48/53) e cópia integral dos autos do processo administrativo nº. 138/2020, autuado em 22/01/2021, perante o Setor de Protocolo Geral, por solicitação da empresa Centro Automotivo Auto Sporte Ltda. -ME, que requereu do município a retirada de suas dependência e pagamento da manutenção realizada em um ônibus escolar marca Iveco, placa QQQ-9676, apresentando dois orçamentos de peças e manutenção que totalizaram R\$ 9.861,62 (nove mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e dois

Joselita Vieira Mendes  
CORREGEDORA MUNICIPAL



centavos) e outro da empresa Tratorfil Ltda., no valor de R\$ 14.208,00 (quatorze mil, duzentos e oito reais).

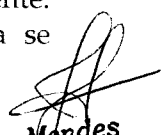
Encaminhados os autos à Secretaria Municipal de Educação, que informou ter retirado o veículo das dependências da requerente e que a empresa contratada para a prestação de serviços seria a empresa Universo Auto Lub Ltda. - ME, acostando cópia do contrato nº. 23/2019, firmado coma empresa, no qual consta o item 11 (Manutenção preventiva e corretiva veículos pesados Iveco), bem como aditivos de prazo, ampliando a vigência até 31/12/2020, bem como detalhamento de serviços e pagamentos (fls. 80/98).

Encaminhados os autos à Procuradoria Jurídica, foi juntado pela requerente comprovantes de manutenção realizada nos veículos ônibus Iveco, placas PYB-9753, QQY-4502, PWR-6719 E QOU-6719 e Volare, placa OXB-2283, informando que os veículos foram conduzidos por motoristas do município até a empresa requerente, que foi terceirizada pela empresa contratada, para manutenção dos seis veículos, não tendo sido quitado o serviço prestado apenas no Iveco placa PYB-9753 (fls. 100/114).

Após instaurada a presente Sindicância, foi designado o dia 20/04/2021, para o interrogatório do Sindicato, tendo sido certificado pelo Presidente da Comissão Sindicante que o servidor se encontrava em afastamento por apresentar sintomas semelhantes aos causados pelo Coronavírus (f. 123).

O Sindicato compareceu espontaneamente para prestar interrogatório no dia 14/05/2020, tendo sido colhidas as suas declarações (fls. 125/127), manifestando-se nos seguintes termos:

Declarou que realizou levantamento para o atual secretário acerca dos serviços prestados pela empresa Universo Auto Lub Ltda., que se negou a liberar todos os veículos, alegando a existência de um débito por parte do município. Afirmou que o responsável pela gestão de frotas na gestão anterior era o Sr. Reginaldo, que atestava a prestação de serviços, abastecimento, destinados aos veículos e que antes de liquidar as notas, sempre questionava o responsável pela frota, só tendo liquidado o serviço porque o gestor atestou o recebimento. Afirmou ter conhecimento da responsabilidade do liquidante, mas que não foi treinado para a função nem conhece a legislação competente. Declarou ter sabido por terceiros que o gestor de frotas tinha se

  
Joselita Vieira Mendes  
CORREGEDORA MUNICIPAL



192 f

recusado inicialmente a fazer a destinação dos serviços, mas que posteriormente o fez a fim de que houvesse o pagamento. Informou ter achado estranho esse processo, pois só se deu após ter se manifestado em relação ao recebimento de horas extras por alguns colegas de trabalho e entende que está sendo vítima de perseguição.

Considerando que o servidor não apresentou defesa prévia, por ocasião do seu interrogatório, foi decretada sua revelia e nomeado defensor dativo, que apresentou a defesa tempestivamente (fls. 129/131), na qual pugnou pelo arquivamento do processo por não restar comprovada conduta ilícita que tenha gerado prejuízos ao município.

Oficiou-se ao Centro Automotivo Auto Sport EIRELI-ME, a fim de que informasse acerca da conclusão da manutenção dos veículos que permaneceram em suas dependências de outubro/2020 a fevereiro/2021 (fls. 132).

Os autos permaneceram suspensos no período de 02/07 a 25/08/2021, tendo sido impulsionados com a designação da oitiva das testemunhas para o dia 31/08/2020, que assim se manifestaram:

- 1) **Ailton Ferreira dos Santos (fls. 144/146):** informou que foi até a sede da empresa onde se encontram os veículos juntamente com o secretário, oportunidade em que foi esclarecido que houve uma divergência na entrega dos ônibus, em razão da ausência de pagamento à empresa que foi subcontratada. Quanto à responsabilidade para atestar a prestação dos serviços, informou que cabia ao Sr. Reginaldo e, que depois de atestado, era passado para o liquidante, Ricardo apenas lançar no SICOM. Acredita que o secretário tinha conhecimento da subcontratação, mas não sabe se foi regulamentada. Declarou que o mecânico do município atestou alguns dos serviços relatados, outros não, mas não houve registro da análise.
- 2) **José Geraldo Ribeiro da Silva (fls. 147/148):** informou que quando iniciou o trabalho como responsável pela frota, os veículos já estavam na garagem, não sabendo informar quem os recebeu. Afirmou que alguns ônibus que chegaram da manutenção estavam funcionando, mas com



problemas na parte elétrica e, por não haver profissional habilitado nessa área não foi possível reparar o problema.

- 3) **Edmaicon Pereira Raposo (fls. 149/150):** informou que os todos os ônibus estavam funcionando quando chegaram, tendo sido repassando alguns para auxiliar na Secretaria de Saúde, ficando os demais na garagem, tendo apresentado problemas elétricos em todos. Informou que sempre atesta o que foi trocado na parte mecânica dos veículo, não possuindo conhecimento da parte elétrica.
- 4) **Jair Maynart Filho (fls. 151/152):** informou ter prestados serviços de chefe de transporte na secretaria e que na época em que os veículos foram encaminhados para manutenção houve questionamentos para o Senhor Reginaldo, de que não haveria necessidade de encaminhar, porque estavam todos parados. Informou que na época em que era chefe de transportes, conferia as peças trocadas e testava os veículos juntamente com os motoristas e que o Sr. Reginaldo não tinha essa preocupação. Declarou que estava dentre os motorista que foram buscar os veículos e que, apesar de não ter conduzido nenhum deles, alguns apresentaram defeitos durante a viagem, mas conseguiram chegar, inclusive alguns motoristas disseram que os veículos estavam do mesmo jeito que foram.

Encerrada a instrução, sem o interesse em diligências, foi intimado o servidor Sindicado, para apresentar razões finais, o que se deu tempestivamente, mantidos os mesmos requerimentos constantes da defesa prévia (fls. 155/157).

Foram acostadas aos autos fotos dos veículos, nas quais se pode verificar a marca e as placas coincidentes com a documentação acostada, não tendo sido acostado nenhum relatório de vistoria técnica sobre os mesmos (fls. 158/172).

Foi oficiado à Procuradoria Jurídica Municipal para informa acerca da existência de Portaria de nomeação do sindicado como liquidante, tendo sido encaminhada cópia da Portaria 316 A, de 12 de setembro de 2019, bem como a Portaria 273, de 02 de junho de 2020 (sem assinatura), na qual consta, dentre outros, o sindicado como liquidante do Almoxarifado da Educação (fls. 173/176).

  
Joselita Vieira Mendes  
CORREGEDORA MUNICIPAL

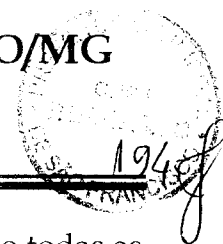


# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

CORREGEDORIA MUNICIPAL

CNPJ 22.679.153/0001-40

Rua Montes Claros nº 243 - Centro - CEP 39.300-000



Elaborado o relatório final, a Comissão Sindicante, analisando todas as provas constantes do procedimento, concluiu afirmando ter restado comprovada o cometimento de falta por parte do Sr. Reginaldo Pereira da Costa e quanto ao servidor Ricardo Alves de Sá, restou demonstrado não ter agido de forma dolosa, opinando pela sua absolvição, nos termos do art. 1962, III, da LC, nº. 23/2015.

À análise dos autos, verificou-se que não foi acostada à época da instauração do procedimento, a Portaria/CM nº. 06, de 25 de março de 2021, publicada em 13/04/2021, que determinou a instauração do procedimento e nomeação da Comissão Sindicante, o que foi promovido à fls. 186/187.

É o relatório.

## Fundamentação

A conduta imputada ao servidor nestes autos encontra-se prevista na Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015:

Art. 154. São deveres do servidor:

I - observar as leis e regulamentos;

[...]

X - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

[...]

Art. 170. A demissão e a rescisão contratual serão aplicadas nos seguintes casos.

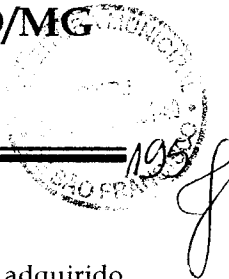
[...]

IV - ato de improbidade.

O relatório final da Comissão Sindicante, considerando o conjunto probatório, concluiu pela absolvição do Sindicado, por não haver sido comprovada a prática de falta funcional pelo Sindicado, visto que a aferição da regularidade da prestação de serviços de manutenção de veículos, cabia ao gestor de frotas, Reginaldo Pereira da Costa.

A função ocupada pelo Sindicado tem sua implicação determinada na Lei 4.320/64, que traz as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal:

  
Joselita Vieira Mendes  
CORREGEDORA MUNICIPAL



Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º. Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados, terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A despeito da legislação prever que a liquidação da despesa compreende a verificação do direito do credor por meio do contrato, nota de empenho e comprovantes da prestação de serviços, no caso em tela, restou comprovado que o Sindicato apenas fazia a liquidação no Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM, ao passo que a liquidação de fato era feita pelo gestor de frotas, Reginaldo Pereira da Costa, conforme pontuado pela testemunha Ailton Ferreira dos Santos.

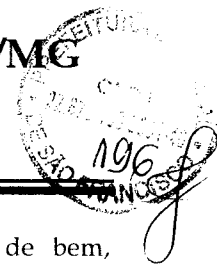
É preciso registrar também que a conduta não menos gravosa deu-se pela autorização pelo gestor da secretaria, que os veículos fossem encaminhado para manutenção por empresa não contratada, ou seja em subcontratação informal, posto que a empresa Universo Auto Lub Ltda. - ME, que possuía em seu contrato a previsão para prestação dos serviços em veículos da marca Iveco, que foram prestados pela empresa Centro Automotivo Auto Sport Ltda., que não possuía previsão contratual para tal prestação.

Acerca da subcontratação, assim disciplina a lei 8.666/93: "Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração". (Grifado)

Importa elencar o que tem decidido a Corte de Contas acerca da subcontratação:

  
Joselita Vieira Mendes  
CORREGEDORA MUNICIPAL





"Subcontratação consiste na entrega de parte de fornecimento de bem, execução de obra ou prestação de serviço a terceiro, estranho ao contrato, para que execute em nome do contratado item, etapa ou parcela do objeto avençado." (4. ed. Brasília: TCU, 2010)

Acórdão TCU nº 2002/2005 - Plenário, o Ministro Relator consignou em seu voto que a subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, e nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 3º, Lei nº 8.666/93). (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU 4. ed. Brasília: TCU, 2010).

A fixação dos limites máximos para a subcontratação é a regra, conforme demais decisões do TCU:

9.2.2.4. estabeleça nos instrumentos convocatórios, em cada caso, os limites para subcontratação de obra, serviço ou fornecimento, de modo a evitar riscos para a Administração Pública, conforme disciplina o art. 72 da Lei n. 8.666/93" (Acórdão nº 1.045/2006, Plenário)

"Nos termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93, deve ser fixado, no edital, o percentual máximo para subcontratação, quando houver cláusula editalícia de permissividade, devendo essa cláusula existir, apenas, em hipóteses excepcionais, quando a subcontratação for estritamente necessária, devendo ser técnica e circunstancialmente justificados tanto a necessidade da subcontratação quanto o percentual máximo admitido." (Acórdão nº 1.748/2009, Plenário)

A lei 8.666/93 prevê ainda que a subcontratação sem a previsão contratual constitui motivo para rescisão contratual:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

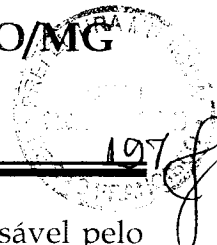
(...)

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

[...]

O que se verifica da documentação acostada aos autos e dos depoimentos colhidos é que houve o encaminhamento dos veículos da marca Iveco para manutenção pela empresa Centro Automotivo Auto Sport Ltda., sem que houvesse previsão contratual para a prestação de serviços nem para a subcontratação,

Joselita Vieira Mendes  
CORREGEDORA MUNICIPAL



o que implica na responsabilização do gestor de frotas, diretamente responsável pelo encaminhamento, bem como do Secretário Municipal de Educação, gestor da pasta, que autorizou a despesa, conforme ordens de compra acostadas aos autos, em especial, pelo pagamento antecipado da despesa, antes que os veículos fossem devidamente entregues e a prestação de serviços fosse integralmente comprovada.

### Conclusão

Considerando que o Sindicato, apesar da aposição da assinatura como liquidante nas ordens de pagamento, efetivamente não era o responsável pela aferição da prestação de serviços, ademais por se tratar de serviços mecânicos, que demandam conhecimento específico para tal e, nem mesmo, o mecânico da secretaria julgou-se habilitado para aferir integralmente a prestação de serviços, por afirmar não entender da parte elétrica, restando sem avaliação essa parte, o que culminou em defeitos de funcionamento que perduram até a atualidade.

Desta forma, não se constitui justa medida impor unicamente ao Sindicato a responsabilidade por serviço, que nem mesmo o servidor que possui operacionalidade para tal feita, o fez integralmente, razão pela qual, acolho as fundamentações do relatório final e, nos termos do art. art. 192, III, da Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2021, **decido pela ABSOLVIÇÃO do Sindicato, RICARDO ALVES DE SÁ**, em razão de não haver sido o autor do fato.

Observado o que consta dos autos, houve o descumprimento de preceito legal, por parte do gestor de frotas, REGINALDO PEREIRA DA COSTA, a quem incumbia a aferição da regularidade da prestação de serviços e o correto cumprimento das disposições contratuais, que não previam a subcontratação, bem como ao Secretário Municipal de Educação, à época, ALBERTH WILLIANS PRÓBIO MONÇÃO, que foi o ordenador da despesa, autorizando o pagamento dos serviços antes que os veículos fossem devidamente entregues ao município, visto que o pagamento se deu no final do ano de 2020, tendo os veículos permanecido na cidade nas dependências da empresa Centro Automotivo Auto Sport Ltda., até o mês de fevereiro do corrente ano e retornaram com falhas elétricas.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

CORREGEDORIA MUNICIPAL

CNPJ 22.679.153/0001-40

Rua Montes Claros n° 243 - Centro - CEP 39.300-000



Por essa razão, deverá ser comunicado à Procuradoria Jurídica Municipal, encaminhando-se cópia integral dos autos, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, em face do desligamento de ambos os servidores dos quadros de pessoal deste município.

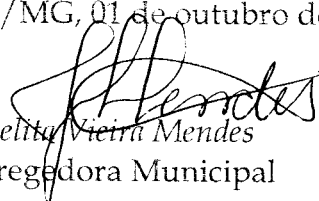
PUBLIQUE-SE o resumo da presente decisão no mural, bem como, INTIMEM-SE o Sindicato, sua defensora e o Secretário Municipal de Educação, com cópia integral da decisão.

Considerando que a ocorrência destes autos tem se verificado em outras situações correlatas, faz-se necessário a edição de recomendação conjunta às secretarias municipais, no tocante à necessidade de capacitação dos servidores municipais, bem como da segregação das funções.

Após transcorridos os prazos legais, ao arquivo.

PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

São Francisco/MG, 01 de outubro de 2021.

  
Joselita Vieira Mendes  
Corregedora Municipal